

SERÁ QUE VAI DAR PRAIA? PERCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COM RELAÇÃO À ACESSIBILIDADE NO TURISMO EM DESTINOS COSTEIROS

WILL IT GIVE BEACH? PERCEPTIONS AND EXPERIENCES OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN RELATION ACCESSIBILITY IN TOURISM IN COASTAL DESTINATIONS

¿HABRÁ PLAYAS ESTE VERANO? PERCEPCIONES Y EXPERIENCIAS DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD CON RELACIÓN A LA ACCESIBILIDAD EN EL TURISMO EN DESTINOS COSTEROS

Suellen Alice Lamas¹ 
Sérgio Marques Júnior² 

¹Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), RJ, Brasil

²Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), RN, Brasil

Data de submissão: 07/07/2023 – Data de aceite: 27/05/2024

Resumo: No escopo do turismo nacional, o segmento de “Turismo de Sol e Praia” se destaca nas motivações das viagens a lazer no Brasil. Similarmente, as praias influenciam a escolha dos destinos por parte de pessoas com deficiência. Dada essa relevância, o presente artigo reflete se o direito ao lazer e ao turismo são assegurados a essas pessoas ou são práticas excludentes que privilegiam determinados grupos sociais. Para tanto, buscou-se investigar as percepções e experiências de pessoas com deficiência, com relação à acessibilidade no turismo em destinos costeiros. O arcabouço metodológico envolveu pesquisas bibliográfica, documental e de campo, com a aplicação de um questionário *on-line*. Os resultados gerados permitem delinear o perfil, os hábitos, as percepções e as experiências desses visitantes; sinalizam as melhorias que se fazem necessárias para a fruição da prática turística; e parecem demonstrar, ainda, que o desafio para se promover a inclusão social por meio do turismo, está relacionado à incorporação de todas as dimensões do compromisso de acessibilidade. Dessa forma, se o “Turismo de Sol e Praia” não pode ser considerado totalmente excludente, por outro lado não é possível garantir efetivamente que “vai dar praia”, é preciso avançar nos aspectos de autonomia, segurança e comodidade.

Palavras-chave: Percepções; Experiências; Acessibilidade; Turismo; Destinos Costeiros.

Suellen Alice Lamas: Doutora em Turismo pela UFRN, Natal, RN, Brasil. Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do CEFET/RJ, Nova Friburgo, RJ, Brasil. E-mail: suellen.lamas@cefet-rj.br | Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4379-2338>.

Sérgio Marques Júnior: Doutor em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), São Paulo, SP, Brasil. Docente no Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da UFRN, Natal, RN, Brasil. E-mail: sergio.marques@ufrn.br | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6008-8038>.

Abstract: In the scope of national tourism, the segment of “Sun and Beach Tourism” stands out in the motivations of leisure travel in Brazil. Similarly, beaches influence the choice of destinations by people with disabilities. Given this relevance, this article reflects whether the right to leisure and tourism are guaranteed to these people or are exclusionary practices that privilege certain social groups. To this end, we sought to investigate the perceptions and experiences of people with disabilities in relation to accessibility in tourism in coastal destinations. The methodological framework involved bibliographic, documentary and field research, with the application of an online questionnaire. The results generated allow to outline the profile, habits, perceptions and experiences of these visitors; indicate the necessary improvements to the enjoyment of the tourist practice; and they also seem to demonstrate that the challenge to promote social inclusion through tourism is related to the incorporation of all dimensions of the accessibility commitment. Thus, if the “Sun and Beach Tourism” cannot be considered totally excluding, on the other hand it is not possible to effectively guarantee that “there will be a beach”, it is necessary to advance in the aspects of autonomy, safety and convenience.

Key-words: Perceptions; Experiences; Accessibility; Tourism; Coastal Destinations.

Resumen: En el ámbito del turismo nacional, el segmento “Turismo de Sol y Playa” se destaca en las motivaciones de los viajes de ocio en Brasil. Del mismo modo, las playas influyen en la elección de destinos por parte de las personas con discapacidad. Dada esta relevancia, este artículo refleja si el derecho al ocio y al turismo están garantizados a estas personas o son prácticas excluyentes que privilegian a determinados grupos sociales. Con este fin, buscamos investigar las percepciones y experiencias de las personas con discapacidad en materia de accesibilidad en el turismo en destinos costeros. El marco metodológico incluyó investigación bibliográfica, documental y de campo, con la aplicación de un cuestionario en línea. Los resultados generados permiten perfilar el perfil, hábitos, percepciones y experiencias de estos visitantes; señalan las mejoras que son necesarias para el disfrute de la práctica turística; y también parecen demostrar que el reto de promover la inclusión social a través del turismo se relaciona con la incorporación de todas las dimensiones del compromiso de accesibilidad. Por lo tanto, si el “Turismo de Sol y Playa” no puede considerarse totalmente excluyendo, por otro lado, no se puede garantizar de manera efectiva que “habrá playa”, es necesario avanzar en los aspectos de autonomía, seguridad y conveniencia.

Palabras Clave: Percepciones; Experiencias; Accesibilidad; Turismo; Destinos costeros.

INTRODUÇÃO

O acesso às práticas de lazer é um direito social garantido pela Constituição Federal brasileira; é um dever do Estado, que deve incentivá-lo como forma de promoção social (Constituição, 1988). Da mesma forma, o turismo tem sido reconhecido progressivamente como um direito universal (Ministério do Turismo [MTur], 2023). Para que sejam atendidas, entretanto, é necessário que as práticas de lazer e turismo sejam possibilitadas a todos os cidadãos. Nesse sentido, faz-se o questionamento: esses direitos sociais são assegurados às pessoas com deficiência ou o lazer e o turismo seguem como práticas excludentes que privilegiam determinados grupos sociais?

Para Alves *et al.* (2020), quando criadas as condições necessárias, as pessoas com deficiência têm a mesma predisposição para participarem das práticas turísticas. Ainda segundo os autores, a potencialidade desse segmento de mercado, considerado emergente, só será compreendida se os gestores olharem para os fatores que impulsionam a participação dessas pessoas, e não para os que a inibem.

A partir dessa reflexão, o presente artigo buscou investigar as percepções e experiências de pessoas com deficiência com relação à acessibilidade no turismo em destinos costeiros. Desse modo, para uma pesquisa mais factual e humanizada da realidade social da qual são partícipes, um questionário foi aplicado a turistas com deficiência (reais ou potenciais) que visitam e/ou visitaram praias marítimas brasileiras, a fim de responder à provocação “será que vai dar praia?”.

Delimitou-se como recorte da investigação, os destinos costeiros brasileiros, entendidos como os espaços turísticos localizados em faixa litorânea (tipo de zona costeira) em que o principal segmento é o “Sol e Praia”, o qual se destaca pelo impacto no escopo do turismo nacional entre as motivações das viagens a lazer (MTur, 2010; 2021).

Segundo o Ministério do Turismo, “Turismo de Sol e Praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” (MTur, 2006). Em particular, foram consideradas nessa investigação, as praias marítimas urbanas, que são ambientes adjacentes ao mar e que sofrem influência das marés e das ondas, localizadas em frente às áreas urbanas com ampla gama de serviços públicos e turísticos (MTur, 2010; Semeoshenkova *et al.*, 2017).

Esse recorte espacial se justifica, antes de tudo, pela representatividade da área costeira para o turismo nacional. O Brasil possui cerca de 8500 km de linha de costa, que abrange 17 estados e 274 municípios (Ministério do Meio Ambiente [MMA], 2002; Portaria n. 461, 2018). Ademais, a zona costeira vem sendo, cada vez mais, objeto de estudo do turismo,

uma vez que ele se constitui como uma das principais atividades econômicas dos destinos localizados nesses espaços (MTur, 2010). Considera-se, também, para esse recorte, o interesse das pessoas com deficiência pelo segmento “Sol e Praia”, tema das solicitações e sugestões desses turistas para adaptações, no que diz respeito a inacessibilidade desses espaços (MTur, 2013).

Quanto à delimitação do público-alvo, a investigação de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida enquanto turistas tende a suprir uma lacuna científica ainda existente na literatura (MTur, 2023). Para mais, reconhece-se a importância dessas pessoas enquanto turistas, visto que, quando são adequadamente assistidas em suas necessidades, tendem a se tornar fiéis (Ferst et al., 2023). Assim, investigar o perfil desses turistas e a influência da acessibilidade para a escolha do destino turístico por eles, além de influenciar positivamente na qualidade de vida dessas pessoas, pode contribuir para orientar o setor turístico para que se torne mais inclusivo, tema hodierno nos debates acadêmicos e de políticas públicas de turismo (Lamas, 2021; Cole et al., 2019).

O presente artigo se justifica pela relevância das informações geradas que poderão influenciar na tomada de decisão por parte de gestores públicos e privados do turismo ao permitir identificar as exigências e preferências dos turistas com deficiência (Cockburn-Wooten & McIntosh, 2020). Essas contribuições gerenciais se tornam ainda mais significativas se for considerado que a ausência de acessibilidade é fator impeditivo para a experiência turística por esses turistas e que investir na eliminação dessas barreiras pode desenvolver ainda mais o turismo, gerando vantagem competitiva para os destinos (MTur, 2023; Wall-Reinius et al., 2023).

Como contribuições teóricas, este artigo fomenta o debate das condições que possibilitam e os desafios que inibem o desenvolvimento do turismo acessível em destinos costeiros, visto que, quando se trata de turismo na natureza, como também o é o “Sol e praia”, a questão da acessibilidade continua sendo pouco investigada (Godtman et al., 2019).

Para mais, Rubio-Escuderos et al. (2021) sinalizam o uso excessivo de amostragem qualitativa e a recorrência de círculos sociais semelhantes em pesquisas com pessoas com deficiência, o que dificulta o avanço do debate sobre turismo acessível. Assim, ao identificar tais lacunas no conhecimento atual, o presente estudo pretende discutir, de maneira mais aprofundada e dissemelhante, a temática da acessibilidade em destinos costeiros, por meio de uma investigação científica mais ativa relacionada às necessidades e experiências dessas pessoas, tendência recente no meio acadêmico (Darcy et al., 2020), a partir de uma pesquisa de natureza mista, com predominância quantitativa.

ACESSIBILIDADE E TURISMO

A origem do debate sobre acessibilidade, como condição de acesso às pessoas com deficiência, remonta ao final da década de 1940, quando do surgimento dos serviços de reabilitação (física e profissional) que se tornaram relevantes no pós-Segunda Guerra Mundial e ocasionaram progressivas mudanças nos espaços que anteriormente dificultavam, ou mesmo impediam o deslocamento de pessoas com deficiência (Feitosa & Righi, 2016; Sasaki, 2009). Mas foi apenas na década de 1960 que o conceito moderno de acessibilidade foi cunhado, sendo influenciado pelas políticas socioeconômicas escandinavas, que originaram a proposta de “uma sociedade para todos”, referindo-se, principalmente, às pessoas com deficiência (European Institute for Design and Disability [EIDD], 2004).

A palavra acessibilidade origina-se do latim *accessibilitas*, que significa “livre acesso, possibilidade de aproximação” (Houaiss et al., 2001). Sob o aspecto legal, acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, produtos e serviços em geral, tanto em área urbana como rural, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei n. 13.146, 2015).

As deficiências podem ser classificadas em três tipologias principais: deficiência física (pessoas com deformidade congênita ou adquirida em um ou mais membros superiores e/ou inferiores; paralisias em partes do corpo; membros amputados; pessoas com nanismo e pessoas ostomizadas); deficiência intelectual (pessoas com síndrome de Down, com transtorno do espectro autista, paralisia cerebral e outras síndromes e déficits cognitivos devido a acidentes ou má-formação congênitos ou adquiridos até os 18 anos); e deficiência sensorial que inclui as deficiências auditiva (surdez e audição reduzida) e visual (cegueira e baixa visão).

Para Sasaki (2009), a noção de acessibilidade possui seis dimensões que devem ser aplicadas aos contextos de lazer, trabalho e educação, à luz do paradigma da inclusão social. Especificamente, no lazer, a noção de acessibilidade contempla as dimensões: arquitetônica (ausência de barreiras físicas; fácil acesso); comunicacional (ausência de barreiras na comunicação entre pessoas; sinalização); metodológica (substituição da forma tradicional dos métodos e técnicas de

lazer); instrumental (adequação de equipamentos e outros dispositivos que fazem parte dos locais de lazer); programática (ausência de barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas, etc.) e atitudinal (ausência de preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade em relação às pessoas com deficiência).

No caso específico do turismo, o debate sobre acessibilidade data da década de 1970, quando excursões destinadas a pessoas com deficiência física, notadamente pessoas usuárias de cadeiras de rodas, começaram a ser realizadas nos países ditos desenvolvidos. A associação entre esse binômio derivou o termo Turismo Acessível, introduzido na literatura acadêmica, em 1989, no relatório "Turismo para Todos" (*Tourism for All*) do Conselho de Turismo Inglês (Rubio-Escuderos *et al.*, 2021; Silveiro *et al.*, 2020). No Brasil, essa discussão teve início na década de 1980, também relacionada aos transportes turísticos, ampliando-se ao longo dos anos, desde o lançamento do Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – uma Viagem de Inclusão do Ministério do Turismo, buscando alinhar o turismo como prática indutora de inclusão social (MTur, 2009).

Turismo acessível pode ser entendido como uma alternativa de turismo social fundado nos princípios de equidade, solidariedade e cidadania; é o termo técnico utilizado para caracterizar o caminho para se pensar e conduzir a prática turística pela via da inclusão social, com a possibilidade e a condição de acesso, com segurança, autonomia e comodidade, e sem discriminações de quaisquer naturezas, a espaços, equipamentos, informação, entre outros serviços turísticos (MTur, 2014; Grünewald, 2009). Turismo acessível, portanto, não é um segmento, mas uma forma de se fazer turismo (Lamas, 2021).

Nesse contexto, um destino costeiro acessível pode ser entendido como aquele que permite a utilização e a permanência de pessoas com deficiência em toda a orla marítima com as praias e os principais equipamentos e serviços existentes que dão suporte ao turismo. Uma praia acessível, por sua vez, dispõe de estacionamento reservado, passarelas, rampas ou esteiras de acesso; cadeiras anfíbias (cadeiras de rodas adaptadas); banheiro público acessível; área de sombra para descanso; atividades desportivas adaptadas, banho de mar assistido; mergulho adaptado (Shimosakai, 2018; Mayordomo-Martínez *et al.*, 2019), para citar apenas algumas adaptações que permitem a prática do lazer nesses espaços.

METODOLOGIA

O arcabouço metodológico da presente investigação envolveu fases distintas de pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Na primeira, valeu-se de uma revisão de literatura, uma vez que o objetivo foi mapear os temas centrais dessa investigação, a saber: acessibilidade e turismo; a segunda, foi realizada a partir de um quadro normativo (leis, regulamentos e normas técnicas nacionais e internacionais) que foi levantado e analisado para se observar a promoção da acessibilidade e o seu emprego no contexto do turismo. A terceira, por sua vez, referiu-se a um levantamento de dados com a aplicação de um questionário *on-line*, técnica de investigação capaz de obter informações sobre diversos aspectos, como conhecimentos, sentimentos, comportamentos, entre outros, submetida às pessoas a partir de um conjunto de questões específicas que refletem os objetivos da pesquisa (Gil, 2019). Trata-se de uma pesquisa de métodos mistos que combina técnicas quantitativas e qualitativas nos procedimentos de coleta e análise de dados (Creswell, 2012).

Desse modo, um questionário foi desenvolvido, tendo como objetivo investigar as percepções e experiências de pessoas com deficiência relacionadas à acessibilidade no turismo "Sol e Praia" no Brasil, especificamente em praias marítimas, objetivo central desta investigação. O instrumento foi criado com base em três trabalhos técnicos: o Anuário Estatístico do Turismo (MTur, 2019), o Estudo do Perfil de Turistas – Pessoas com Deficiência (MTur, 2013) e a Pesquisa de Identificação do Perfil do Turista de Lazer e de Eventos em Santa Catarina (Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina [SANTUR], 2018).

O questionário foi submetido a um grupo focal *on-line* com a participação de quatro docentes-pesquisadores da área de turismo e/ou acessibilidade e foi realizado um pré-teste do instrumento, em sua segunda versão, totalizando-se 15 participantes. Essas etapas resultaram em modificações, nomeadamente, em aspectos relativos ao conteúdo do questionário. Desse modo, chegou-se a um instrumento final com 45 questões objetivas e discursivas, sendo a maioria de múltipla escolha e com escala de métrica de mensuração do tipo Likert, das quais 29 são exploradas na presente investigação. Ele foi alocado na plataforma *on-line* de gerenciamento de pesquisas "Formulários do Google" (Google Forms). O instrumento original está detalhado e pode ser visualizado em Lamas (2021).

O questionário foi estruturado em quatro seções: I – Apresentação e Orientações Gerais; II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); III – Blocos de Perguntas; e IV – Agradecimentos. Na terceira seção tem-se propriamente o questionário. As perguntas abordam o perfil, os hábitos, as percepções e as experiências em relação à acessibilidade no

turismo dos visitantes de lazer do Brasil. Tais perguntas estão divididas em três blocos: 1 – Perfis e Hábitos de viagem do turista de lazer “Sol e Praia”; 2 – Acessibilidade no Turismo “Sol e Praia” e 3 – Perfil Socioeconômico do Entrevistado.

O público-alvo da pesquisa agregou as pessoas com deficiência que já visitaram destinos brasileiros com praia. O questionário foi voltado para elas, mas não excluiu a participação de pessoas com mobilidade reduzida e outras condições.

A fim de torná-lo mais acessível para pessoas com deficiência visual, o questionário foi testado por recursos de acessibilidade digital como os leitores de tela que são programas sintetizadores de voz, encarregados de transformar informações textuais em verbais (Cruz & Rodrigues, 2017). Do mesmo modo, para contemplar pessoas com deficiência auditiva, o questionário permitiu que respostas fossem enviadas por meio de vídeos na Língua Brasileira de Sinais (Libras), uma língua de modalidade gestual-visual.

Para angariar um número significativo de entrevistados valeu-se da amostragem não probabilística denominada “bola de neve” (*snowball sampling*), método de coleta de dados em pesquisa qualitativa que utiliza cadeias de referência, em que amostras preliminares são selecionadas para, posteriormente, a partir do acesso a estas, outros participantes serem indicados para a pesquisa (Vinuto, 2014; Naderifar et al., 2017).

Sendo úteis para pesquisas de grupos de difícil acesso ou imprecisos quantitativamente, ou ainda, que requerem o reconhecimento do pertencimento por um grupo (Vinuto, 2014; Naderifar et al., 2017), como o são as pessoas com deficiência, foram convidados a compor a amostra preliminar desse método “bola de neve”: uma pessoa surda (Distrito Federal), três pessoas usuárias de cadeiras de rodas (Minas Gerais, Paraíba e Bahia); duas pessoas com nanismo (Rio de Janeiro e São Paulo), uma pessoa com mobilidade reduzida (Distrito Federal), uma pessoa com deficiência visual (Rio de Janeiro), uma pessoa ostomizada (São Paulo) e uma pessoa surdocega (Rio Grande do Sul). A partir delas, outros participantes (pessoas físicas e jurídicas) foram indicados para a pesquisa.

Um tratamento estatístico descritivo foi dado aos resultados do questionário. Desse modo, eles foram caracterizados e resumidos. Foi utilizada para a organização, a análise e o cruzamento dos dados o pacote estatístico IBM SPSS (versão 22) e foi realizada uma análise descritiva, calculando-se as frequências e médias das respostas.

As respostas qualitativas das questões discursivas foram examinadas usando-se a técnica de análise categorial temática da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), o que exprime que os dados brutos foram codificados (diferenciados e reagrupados) por analogia do que cada um deles tem em comum com outros, em um sistema de categorias pelo critério semântico (categorias temáticas).

Cabe citar, por fim, que o presente artigo é um recorte da pesquisa de tese de doutorado de Lamas (2021). Outrossim, os conteúdos imagéticos do artigo foram acessibilizados para uso de leitores de tela por profissionais de audiodescrição, que é uma tecnologia assistiva utilizada por pessoas com deficiência visual, analfabetas funcionais ou com dificuldades de aprendizado. Assim, as imagens foram descritas objetivamente (traduzidas), sendo o texto mantido de forma aparente aos videntes, no próprio parágrafo ou em legendas após cada ilustração.

PERFIL DO TURISTA COM DEFICIÊNCIA DE DESTINOS COSTEIROS BRASILEIROS

Caracterização Socioeconômica e Biopsicossocial

Passados 90 dias da coleta definitiva de dados, entre setembro e novembro de 2020, obteve-se 176 questionários válidos (N=176; 100%). Para caracterizar o perfil geral da amostra pesquisada, questões socioeconômicas e de ordem biopsicossocial foram contempladas.

A respeito do alcance da pesquisa que sinaliza, por conseguinte, a origem dos respondentes, obteve-se respostas das cinco regiões brasileiras e de 23 estados mais o Distrito Federal, com representação de 80 cidades distintas e uma região administrativa.

Faz-se a ressalva para o fato de que, como a questão não era obrigatória, seis (3,41%) respondentes não informaram sobre o estado e oito (4,54%) não informaram a cidade de residência. Destaca-se o maior número de respondentes nos estados de São Paulo (n=34; 19,32%), Rio de Janeiro (n=23; 13,07%) e Rio Grande do Norte (n=23; 13,07%) e dos municípios Rio de Janeiro/RJ (n=18; 10,28%), Natal/RN (n=13; 7,39%) e Belo Horizonte/MG (n=11; 6,25%).

Quanto ao gênero, 102 (57,95%) se identificaram como sendo do gênero feminino, 73 (41,48%) do masculino e 01 (0,57%) de outros gêneros. Em todas as faixas etárias houve respondentes, a maioria (n=37; 21,02%), entre os 30 e 35 anos, seguida pela faixa entre 36 e 41 anos (n=31; 17,61%), 42 a 47 anos (n=22; 12,50%), 54 a 59 anos (n=20; 11,36%), 48 a 53 anos

($n=19$; 10,80%), 24 a 29 anos ($n=19$; 10,80%), 18 a 23 anos ($n=17$; 9,66%), 60 anos ou mais ($n=10$; 5,68%), sendo que um (0,57%) participante não quis responder a respeito da idade.

No que se refere ao estado civil, 86 (48,86%) declararam estar solteiros, 76 (43,18%) casados, juntos ou em união estável, 12 (6,82%) separados ou divorciados e dois (1,14%) preferiram não responder sobre isso. Quanto ao nível de formação, a maioria afirmou ter curso de pós-graduação completo ($n=52$; 29,54%) ou curso superior completo ($n=48$; 27,28%); 28 (15,91%), por sua vez, declararam ter ensino médio completo, 25 (14,20%) ensino superior incompleto, 11 (6,25%) pós-graduação incompleta, seis (3,41%) ensino médio incompleto, quatro (2,27%) ensino fundamental incompleto, um (0,57%) ensino fundamental completo e um (0,57%) declarou não ter nenhuma formação.

Com relação à ocupação e/ou profissão, 46 (26,14%) declararam ser funcionários públicos; 40 (22,73%) aposentados ou pensionistas; 26 (14,78%) afirmaram trabalhar por conta própria (autônomo, profissional liberal, microempreendedor individual); 25 (14,20%) são trabalhadores formais; 24 (13,64%) estudantes; três (1,70%) trabalhadores informais (sem carteira assinada ou contrato de trabalho), quatro (2,27%) afirmaram não ter profissão e/ou ocupação e oito (4,54%) preferiram não responder a essa pergunta.

Os respondentes também foram questionados sobre a renda média mensal individual. Tem-se que a maioria ($n=56$; 31,82%) declarou receber acima de R\$1045,00 até R\$3135,00; 31 (17,61%) acima de R\$3135,00 até R\$5225,00; 28 (15,91%) até R\$1045,00; 16 (9,09%) declararam não ter renda própria, dez (5,68%) afirmaram receber acima de R\$5225,00 até R\$7315,00; quatro (2,27%) acima de R\$7315,00 até R\$9405,00; sete (3,98%) participantes acima de R\$9405,00 até R\$11495,00 e mesma quantidade ($n=07$; 3,98%) acima de R\$11495,00, mas 17 (9,66%) preferiram não citar a renda.

Quanto às questões de ordem biopsicossocial (tipo e classificação das deficiências), a maioria dos respondentes ($n=91$; 51,7%) se reconhece como pessoa com deficiência física. Declararam-se como pessoas com deficiência visual 37 (21,02%); com deficiência auditiva nove (5,11%) e com deficiência intelectual oito (4,55%). Do total de participantes, 14 (7,95%) se reconhecem como pessoas com mobilidade reduzida; 15 (8,52%) preferiram não responder sobre esse questionamento e outras duas (1,14%) não se reconheceram em nenhuma dessas tipologias.

No que se refere à classificação das deficiências citadas, a maioria dos respondentes ($n=76$; 43,18%) as reconhece como deficiência adquirida, 55 (31,25%) deficiência congênita, 15 (8,52%) declararam não ter deficiência, 13 (7,39%) as classificam como hereditárias (transmitidas por genes), nove (5,11%) como doenças raras, três (1,70%) não souberam informar e cinco (2,84%) preferiram não responder a respeito.

Depreende-se que o perfil geral da amostra pesquisada, quanto às questões socioeconômicas, caracteriza-se por pessoas da região Sudeste do Brasil, do gênero feminino, com idades entre 30 e 35 anos, solteiras, com pós-graduação completa, que atuam no funcionalismo público e recebem acima de R\$1045,00 até R\$3135,00. Quanto às questões de ordem biopsicossocial, a maioria dos respondentes se reconhece como pessoa com deficiência física, tendo sido sua condição adquirida.

É interessante destacar que o mapeamento do perfil do turista com deficiência publicado, em 2023, pelo MTur (2023), apresenta dados socioeconômicos e de ordem biopsicossocial semelhantes aos apresentados na presente investigação, o que corrobora com a validação desses dados e com a atualidade deles, ainda que a pesquisa tenha sido realizada em 2020.

Demanda turística: conhecendo quem consome o produto turístico "Sol e Praia"

Adentrando-se nas perguntas específicas do questionário, o primeiro bloco buscou reconhecer os turistas reais e potenciais do turismo "Sol e Praia", identificando seus perfis e hábitos de viagem e lazer em praias marítimas brasileiras.

Os participantes da pesquisa foram questionados, inicialmente, sobre a probabilidade de visitarem algum destino brasileiro com praia nos próximos 12 meses, ao final da pandemia da covid-19 e/ou com a liberação das viagens. Do total de participantes, 72 (40,91%) responderam que certamente visitarão; 56 (31,82%) provavelmente visitarão; 37 (21,02%) talvez visitem esses destinos; sete (3,98%) afirmaram que provavelmente não irão; e quatro (2,27%) certamente não visitarão. Sobre a frequência de visitas a destinos brasileiros com praia antes da citada pandemia, 70 (39,77%) visitavam às vezes; 44 (25%) quase sempre visitavam; 32 (18,18%) quase nunca visitavam e 30 (17,05%) sempre visitavam.

Quando indagados com quem costumavam visitar tais destinos brasileiros com praia, para 103 (58,52%) a companhia era de parentes e/ou familiares; para 35 (19,89%) os próprios parceiros (em casal); para 27 (15,34%) os amigos; dois (1,14%) realizavam as visitas com grupos de referência (associações, fundações, entre outros); três (1,70%) sozinhos; e seis (3,41%) não citaram as companhias, selecionando a opção "Outros".

Com relação aos meios de transporte, o principal veículo utilizado para o deslocamento até os destinos foram os carros

($n=86$; 48,86%); seguido pelos aviões ($n=47$; 26,70%). Outros transportes rodoviários foram citados como os ônibus de linha ($n=23$; 13,07%); ônibus de excursão/fretado ($n=15$; 8,52%); van/perueiro ($n=03$; 1,70%); e moto ($n=01$; 0,57%). Um participante ($n=01$; 0,57%) não reconheceu quaisquer desses meios de transportes, selecionando a opção "Outros".

Sobre os meios de hospedagem, 73 (41,48%) respondentes declararam ficar alojados em hotéis, flats ou pousadas; 47 (26,70%) em casas de amigos e/ou parentes; 25 (14,20%) em imóveis alugados (ex.: Airbnb); quatro (2,27%) em *hostels* ou albergues; quatro (2,27%) em colônias de férias; um (0,57%) em imóvel próprio; um (0,57%) em *camping*; um (0,57%) em resort; mas 20 (11,36%) deles não ficavam hospedados e retornavam ao local de origem.

Quanto à principal fonte de informação para o planejamento das viagens, a internet foi o meio mais utilizado pelos respondentes ($n=80$; 45,45%) seguido pela indicação de amigos e parentes ($n=54$; 30,68%). Outros sete (3,98%) recorriam a guias turísticos; cinco (2,84%) às agências de turismo; um (0,57%) a folhetos, jornais ou revistas; e um (0,57%) a meio audiovisual (ex.: televisão, cinema); mas 25 (14,20%) não utilizavam qualquer fonte de informação; e três (1,70%) não responderam à questão, optando pela alternativa "Outros".

Outro questionamento realizado foi sobre a utilização das agências de turismo para a organização de suas viagens. Do total de respondentes, mais da metade ($n=101$; 57,39%) nunca o fizeram; 33 (18,75%) às vezes; 30 (17,05%) quase nunca; nove (5,11%) quase sempre e três (1,70%) sempre organizavam as viagens com o apoio das agências de turismo.

Quanto aos gastos médios (em família por viagem) relacionados a produtos e serviços turísticos em destinos brasileiros com praia, 37 (21,02%) gastavam até R\$500,00; 28 (15,91%) acima de R\$1000 até R\$1500; 25 (14,20%) acima de R\$500 até R\$1000; 22 (12,50%) acima de R\$2000 até R\$2500; 19 (10,80%) acima de R\$1500 até R\$2000; 13 (7,39%) acima de R\$2500 até R\$3000; 10 (5,68%) acima de R\$4500 até R\$5000; nove (5,11%) acima de R\$5000; seis (3,41%) acima de R\$3000 até R\$3500; cinco (2,84%) acima de R\$3500 até R\$4000; e dois (1,14%) acima de R\$4000 até R\$4500.

Quanto ao tempo de permanência, 107 (60,80%) respondentes afirmaram permanecer no destino de dois a cinco dias; 37 (21,02%) de seis a dez dias; 20 (11,36%) passavam o dia e retornavam às suas residências; sete (3,98%) de 11 a 15 dias; e cinco (2,84%) permaneciam por mais de 15 dias no destino. Eles costumam viajar na alta temporada brasileira (dezembro, janeiro e julho), principalmente nos meses de dezembro ($n=71$; 40,34%) e janeiro ($n=95$; 53,98%).

Ainda no tocante aos hábitos de viagem, os participantes da pesquisa foram questionados sobre a última vez que visitaram um destino brasileiro com praia. A maioria visitou tais destinos em 2020 ($n=64$; 36,35%) e 2019 ($n=55$; 31,25%). Complementando essa pergunta, os participantes foram questionados sobre quais destinos eles visitaram nessa última viagem. Foram citados 68 destinos brasileiros diferentes, entre os quais destacam-se pela maior frequência: Natal/RN ($n=14$; 7,95%), Rio de Janeiro/RJ ($n=11$; 6,25%) e Fortaleza/CE ($n=09$; 5,11%).

Na sequência, os participantes foram indagados sobre os motivos para a escolha desses locais. Valeu-se das forças motivacionais propostas pela OMT (2010) para categorizar as respostas. São elas: (i) pessoal: férias, lazer e recreação; visita a amigos e parentes; educação e treinamento; saúde e cuidados médicos; religião/peregrinações e compras e (ii) negócios e profissionais: participação em eventos; espetáculos e peças teatrais; missões diplomáticas e/ou organizacionais; atividades esportivas profissionais; tripulação de meio de transporte privado, entre outros.

Do total de participantes ($N=176$; 100%), nove (5,11%) não responderam à questão; quatro (2,27%) foram motivados por questões de negócios e profissionais e 163 (92,62%) por motivações pessoais, a saber: 44 atividades relacionadas às férias, ao lazer e à recreação; 28 às visitas a amigos e a parentes e 91 respondentes sinalizaram outras motivações que não puderam ser categorizadas nesses critérios iniciais da OMT (2010), mas representam os motivos centrais para a decisão das visitas, tais como: a proximidade e conveniência do destino; beleza do local; preços praticados; acessibilidade para pessoas com deficiência, indicação de familiares ou amigos; realização pessoal; vínculo afetivo; qualidade dos equipamentos turísticos; pandemia da covid-19; localização e benefício por premiação.

Quanto ao perfil e hábitos de viagem, a amostra pesquisada pode ser caracterizada, portanto, fundamentalmente como turistas reais, ainda que não se deva desconsiderar a parcela significativa de pessoas que, embora não tenham viajado nos últimos 12 meses, o pretendem fazê-lo (turistas potenciais).

No que concerne ao consumo dos produtos turísticos, tem-se que são pessoas que viajam geralmente com parentes e/ou familiares; utilizam carros como principal meio de transporte até o destino; ficam hospedados em hotéis, flats ou pousadas; organizam suas visitas sem o apoio de uma agência de turismo, obtendo informações a partir da internet; possuem gasto médio em família de até R\$500,00 com tempo médio de permanência de dois dias, e viajam, principalmente, na alta temporada brasileira (dezembro, janeiro e julho), que coincide com o verão e as férias escolares; e tiveram como principal destino Natal/RN em sua última viagem, motivados por questões pessoais relacionadas às férias e lazer.

Conhecer a demanda de turistas com deficiência possibilita direcionar os esforços dos prestadores de serviços turísticos quanto às questões de acessibilidade. O desempenho deles pode facilitar ou impedir a motivação dessas pessoas para viajar, o que denota a importância deles como agentes de influência no cenário turístico (Cole *et al.*, 2019).

Acessibilidade no Turismo “Sol e Praia”

Quanto às percepções e experiências desses participantes com relação à acessibilidade no Turismo “Sol e Praia”, considerando-se toda a orla marítima – as praias e os principais equipamentos e serviços existentes que dão suporte ao turismo, eles foram questionados sobre a importância de se ter acessibilidade nos equipamentos e serviços turísticos como critério de escolha de um destino com praia. Nesse sentido, 93 (52,84%) consideraram muito importante; 31 (17,61%) importante; 22 (12,50%) afirmam que acessibilidade tem importância moderada; 16 (9,09%) não acham importante e 14 (7,95%) pouco importante.

No Quadro 1, está a distribuição da importância de se ter acessibilidade nos equipamentos e serviços turísticos pelo perfil do respondente e a condição que apresenta. Na primeira coluna, estão expressas as condições dessas pessoas e, da segunda à sexta colunas, os cinco níveis de importância com as respectivas frequências (*n*) em cada uma (de sem importância a muito importante). Cabe destacar que nanismo e ostomia são reconhecidos como deficiência física, mas para fins puramente didáticos e estatísticos foram discriminados separadamente nesta pesquisa, reconhecendo-se tal como Fuente-Robles *et al.* (2020) que, mesmo que categorizadas em grupos semelhantes, diferenciar o perfil pode contribuir para o detalhamento pormenorizado e entendimento das necessidades individualizadas dessas pessoas.

Quadro 1: Importância da acessibilidade nos equipamentos e serviços turísticos, segundo perfil dos respondentes (condição)

Condições	Sem Importância	Pouco Importante	Importância Moderada	Importante	Muito Importante
Pessoa com Deficiência Física: paraplegia, tetraplegia, paralisia cerebral, hemiplegias, má-formação	02	05	06	10	48
Pessoa com membros amputados ou ausência de membros	02	01	00	01	05
Pessoa com Nanismo	00	02	02	03	02
Pessoa Ostomizada	00	00	00	01	01
Pessoa com Deficiência Intelectual	01	00	00	00	01
Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	01	00	02	01	02
Pessoa Surda ou com Deficiência Auditiva	00	02	02	00	05
Pessoa com Deficiência Visual	10	03	05	06	13
Pessoa com Mobilidade Reduzida	00	00	04	04	06
Prefiro não responder	00	01	01	05	08
Outros	00	00	00	00	02

Fonte: dados da pesquisa (2021).

A importância da acessibilidade na escolha do destino turístico pelos turistas com deficiência é também identificada na pesquisa de Ferst *et al.* (2023). Além da valorização da acessibilidade, os autores afirmam que a informação prévia a respeito desta é igualmente importante e retratam as diferenças nas decisões de escolha face às necessidades distintas dos turistas. Enquanto a ausência de acessibilidade pode inviabilizar por completo uma viagem a turismo para alguns deles, para outros, a disposição individual para superar eventuais dificuldades valerá o esforço para se experienciar a prática turística, mesmo desconsiderando a acessibilidade do destino.

Posteriormente, os participantes foram convidados a avaliar (notas de 0 a 10) o nível de acessibilidade da infraestrutura turística e básica e da prestação de serviços dos destinos brasileiros com praia que já visitaram. Entraram no escopo dessa avaliação: meios de hospedagem, espaços de gastronomia, transportes públicos coletivos e individuais, sinalizações turísticas, informações e comunicações turísticas, comportamento de profissionais do turismo, atrativos culturais e naturais.

Os valores numéricos das avaliações foram agrupados em rótulos qualitativos a partir de intervalos pré-determinados. Tendo-se utilizado uma escala de métrica de mensuração do tipo *Likert* de 11 pontos, fez-se a distribuição da pontuação com a respectiva rotulação: notas de 0 a 2 – sem Acessibilidade; notas de 3 a 7 – Acessibilidade parcial; e notas de 8 a

10 – com Acessibilidade.

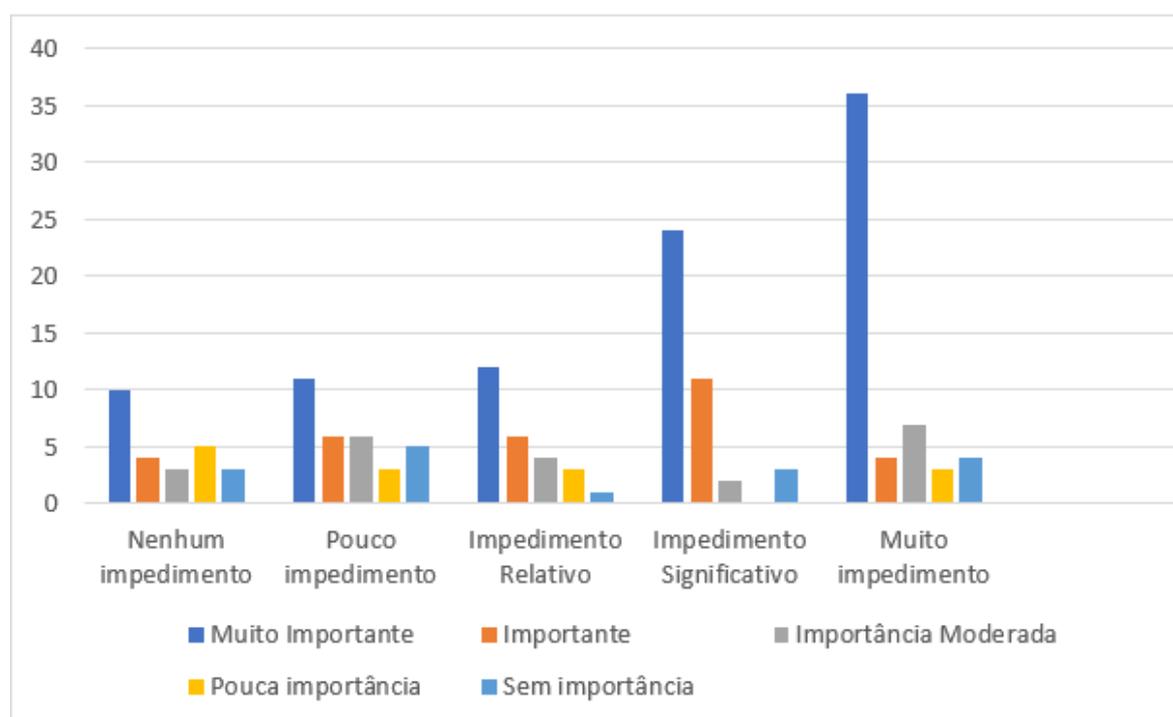
Depreende-se que entre as infraestruturas turísticas e/ou básicas e as prestações de serviços avaliadas pelos participantes da pesquisa, a que possui menor nível de acessibilidade são as informações e comunicações turísticas ($n=76$; 43,18%) seguidas pelos atrativos naturais ($n=73$; 41,48%). Os espaços de gastronomia, por sua vez, tiveram expressiva avaliação como a infraestrutura mais parcialmente acessível ($n=113$; 64,20%), seguida pelos transportes públicos individuais e atrativos culturais com mesmo número de avaliações cada ($n=112$; 63,64%). Foram avaliados como tendo maior nível de acessibilidade o comportamento de profissionais do turismo ($n=38$; 21,59%) e, em segundo lugar, os transportes públicos individuais ($n=31$; 17,61%). Em uma análise geral, tem-se, por fim, que as infraestruturas turísticas e/ou básicas e as prestações de serviços avaliadas são parcialmente acessíveis para mais da metade dos participantes da pesquisa.

Os resultados aqui evidenciados vão ao encontro das pesquisas de Martin-Fuentes *et al.* (2021) e Ferst *et al.* (2023) que parecem revelar que, a disponibilidade ou a ausência de uma infraestrutura turística com acessibilidade, em particular, dos serviços de hospedagem, pode ser fator decisivo a ser considerado na escolha de um destino turístico. E, com igualdade às pesquisas do MTur (2023) e Mayordomo-Martínez *et al.* (2019), constata-se que a importância de se ter informações adequadas, precisas e atualizadas regularmente sobre a acessibilidade dos lugares pode configurar a crítica evidenciada na avaliação desse aspecto de informações e comunicações turísticas. Impende refletir ainda que a baixa avaliação do nível de acessibilidade em atrativos naturais pode ser resultado dos obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência na participação de atividades turísticas na natureza, problemática apresentada por Wall-Reinius *et al.* (2023) e Menzies *et al.* (2021).

Após investigar a acessibilidade no contexto do turismo em destinos costeiros de maneira genérica, seguiu-se especificando as percepções e experiências dos participantes da pesquisa, com relação à acessibilidade no turismo “Sol e Praia” no Brasil, foco do presente estudo. Os participantes da pesquisa foram indagados sobre algum impedimento ou dificuldade que porventura teriam para irem sozinhos a uma praia. Do total de respondentes, 54 (30,68%) afirmam que teriam muito impedimento; 40 (22,73%) significativo impedimento; 31 (17,61%) pouco impedimento; 26 (14,78%) impedimento relativo; e 25 (14,20%) não teriam qualquer impedimento.

Ao se fazer um contraponto entre a importância de se ter acessibilidade nos equipamentos e serviços turísticos (observada no Quadro 1) com os impedimentos e/ou dificuldades em se usufruir das praias, enquanto espaços turísticos de natureza, é possível aproximar-se do reconhecimento da necessidade da acessibilidade no contexto dos destinos costeiros. Essa relação está representada no Gráfico 1.

Gráfico 1: Importância da acessibilidade nos equipamentos e serviços turísticos (impedimento)



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Audiodescrição: Gráfico de barras verticais que apresenta a relação entre os cinco níveis de impedimento das pessoas com deficiência com a importância que elas atribuem à acessibilidade em destinos com praia, também em cinco níveis, a saber: muito importante, na cor azul escuro; importante, na cor laranja; importância moderada, na cor cinza; sem importância, na cor amarela; e pouco importante, na cor azul. Na primeira coluna da esquerda para a direita, no nível nenhum impedimento, dez pessoas sinalizaram ser muito importante; quatro importante, três importância moderada, cinco pouca importância e três sem importância; na segunda coluna, no nível de pouco impedimento, 11 pessoas sinalizaram ser muito importante, seis importante, seis importância moderada, três pouca importância e cinco sem importância; na terceira coluna, no nível de impedimento relativo, 12 pessoas sinalizaram ser muito importante; seis, importante, quatro importância moderada, três pouca importância e um sem importância; na quarta coluna, no nível de impedimento significativo, 24 pessoas sinalizaram ser muito importante; 11 importante, dois importância moderada, três sem importância, sendo que nenhuma pessoa sinalizou pouca importância; e na quinta e última coluna, no nível de muito impedimento, 36 pessoas sinalizaram ser muito importante; quatro importante, sete importância moderada, três pouca importância e quatro sem importância.

Depreende-se dessa análise que, independentemente da condição da pessoa, ter acessibilidade é muito importante para a maioria como critério de escolha de um destino com praia. Os resultados também parecem evidenciar que essa importância é diretamente proporcional às condições apresentadas. Assim, pessoas com impedimento significativo ou muito impedimento tendem a considerar a acessibilidade como fator importante ou muito importante em seus processos de decisão, enquanto pessoas com pouco ou nenhum impedimento tendem a considerar a acessibilidade como de importância moderada ou sem importância em suas escolhas.

Para os que sinalizaram algum impedimento ou dificuldade, foi perguntado complementarmente o que a praia deveria ter para se tornar acessível às suas necessidades. Algumas opções foram pré-definidas para seleção, tais como: (i) banho assistido – atividade realizada com cadeira anfíbia na companhia de um monitor; (ii) rota acessível – rampas (permanentes) ou esteiras (móveis) para acesso à praia; (iii) sinalização de trajetos à praia com o Símbolo Internacional de Acesso (SIA) (áreas e vagas de estacionamento de veículos, sanitários, entre outras); (iv) sanitário unissex acessível; (v) atividades desportivas e recreativas – voleibol sentado, frescobol adaptado, piscina infantil, *handbike* (bicicleta pedalada com as mãos), entre outras; (vi) mergulho adaptado; (vii) profissionais capacitados para atendimento. Além disso, a questão permitiu que outras instalações e serviços fossem sugeridos – opção “Outro”.

Para uma melhor interpretação, as respostas foram codificadas a partir de categorias previamente definidas – análise categorial temática (Bardin, 2011). Para tal, valeu-se das dimensões de acessibilidade propostas por Sassaki (2009) que podem evidenciar quais ações são contempladas e quais barreiras precisam ser superadas para alcançar a acessibilidade nas praias. Assim, os dados sobre rota acessível e sanitário unissex acessível, bem como outros fatores citados que exemplificam a ausência de barreiras físicas foram codificados na categoria: *acessibilidade arquitetônica*; banho assistido, atividades desportivas e recreativas, mergulho adaptado, surfe adaptado e outros exemplos para superar as barreiras em termos de adequação de equipamentos, métodos e técnicas de lazer foram codificados na categoria: *acessibilidade metodológica/instrumental*; sinalização e outras citações para a ausência de barreiras na comunicação entre as pessoas na categoria: *acessibilidade comunicacional*; e profissionais capacitados e outros exemplos para a superação de barreiras na convivência e ausência de preconceitos na categoria: *acessibilidade atitudinal*.

Do total de respondentes da pesquisa, 25 (14,20%) por não terem qualquer impedimento, não responderam à questão; 07 (3,98%) não souberam responder; 144 (81,82%) sugeriram uma ou mais dessas instalações e serviços para que as praias tenham acessibilidade.

No Quadro 2, está a distribuição desses elementos citados para que uma praia seja reconhecida como acessível. Na primeira coluna, as dimensões de acessibilidade; na segunda, instalações e serviços e, na terceira, as respectivas frequências de citação pelos respondentes.

Na acessibilidade comunicacional, as três opções de “Outros” referem-se às melhorias na comunicação – informações legíveis (duas respostas) e presença de intérprete de libras (uma resposta). Na acessibilidade metodológica/instrumental (duas respostas), por sua vez, referem-se às melhorias na estrutura de lazer com barracas previamente instaladas com boa cobertura e mesas adaptadas a pessoas em cadeira de rodas.

Um dos respondentes sinalizou não gostar de profissionais auxiliando nas práticas de lazer nas praias, devido à falta de liberdade gerada. Em seu entendimento, a autonomia deve ser garantida com equipamentos e acesso adequados, com a presença de, no máximo, um salva-vidas para atender a todas as pessoas (resposta codificada na categoria “Outros” de acessibilidade metodológica/instrumental e atitudinal).

Posteriormente, os participantes da pesquisa foram convidados a avaliar o nível de acessibilidade das praias brasileiras que já visitaram. E tal como na questão anterior, foram categorizadas de acordo com as dimensões de Sassaki (2009).

Assim, tendo-se utilizado uma escala de métrica de mensuração do tipo *Likert* de 11 pontos, fez-se a distribuição da pontuação com a respectiva rotulação: notas de 0 a 2: sem Acessibilidade; notas de 3 a 7: Acessibilidade parcial; e notas de 8 a 10: com Acessibilidade.

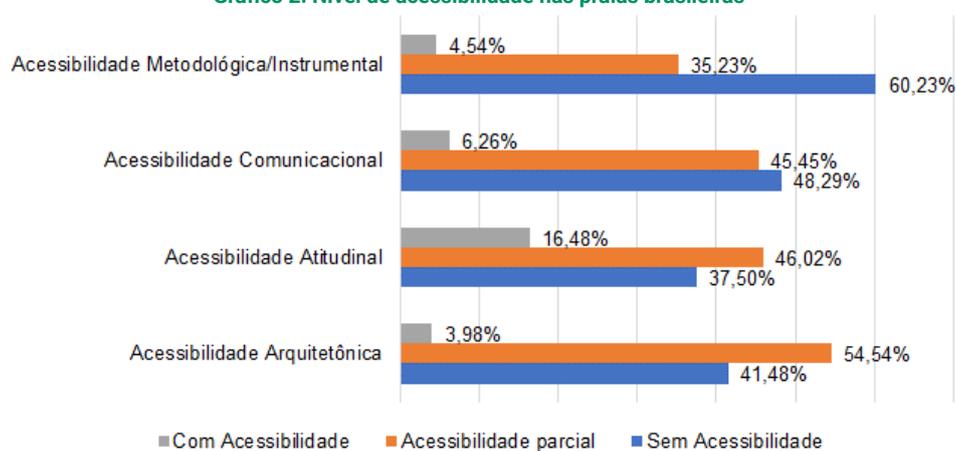
Quadro 2: Instalações e serviços para uma Praia Acessível

Acessibilidade	Instalações e Serviços	Frequência (n)
Arquitetônica	Rota acessível	102
	Sanitário unissex acessível	73
	Outros	01
Atitudinal	Profissionais capacitados para atendimento	95
	Outros	01
Comunicacional	Sinalização de trajetos	78
	Outros	03
Metodológica/ Instrumental	Banho assistido	58
	Atividades desportivas e recreativas	42
	Mergulho adaptado	45
	Surfe adaptado	32
	Outros	03

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Foram consideradas para análise: as condições de acesso e/ou deslocamento, disponibilidade de sanitários acessíveis (acessibilidade arquitetônica); sinalização; informações e divulgações sobre atividades de lazer acessíveis (acessibilidade comunicacional); atividades desportivas e recreativas; presença de profissionais e equipamentos para banho de mar assistido, mergulho e/ou surfe adaptado (acessibilidade metodológica/instrumental); e a presença de profissionais capacitados para atendimento; sem comportamentos preconceituosos e/ou discriminatórios nas praias brasileiras que você visitou (acessibilidade atitudinal). A partir do Gráfico 2, é possível comparar o nível de cada tipologia de acessibilidade nas praias brasileiras.

Gráfico 2: Nível de acessibilidade nas praias brasileiras



Fonte: dados da pesquisa (2021)

Audiodescrição: Gráfico de barras horizontais que apresenta quatro dimensões de acessibilidade das praias brasileiras com três níveis: com acessibilidade, na cor cinza, acessibilidade parcial, em laranja e sem acessibilidade, em azul, representadas, respectivamente, por: Com, Parcial e Sem, no detalhamento a seguir. Na dimensão Metodológica/Instrumental, os respondentes marcaram 4,54% Com, 35,23% Parcial e 60,23% Sem; na Comunicacional, 6,26% Com, 45,45% Parcial e 48,29% Sem; na dimensão Atitudinal, 16,48% Com, 46,02% Parcial e 37,50% Sem; e, na Arquitetônica, 3,98% Com, 54,54% Parcial e 41,48% Sem.

Na sequência, os participantes da pesquisa foram indagados sobre o que precisa ser feito e/ou melhorado para que as praias marítimas brasileiras se tornem acessíveis ou mais acessíveis. Dos 176 participantes, 149 responderam. Pelo método de análise de conteúdo categorial temática (Bardin, 2011), as respostas foram codificadas em categorias temáticas, mais uma vez, valendo-se das dimensões de acessibilidade propostas por Sasaki (2009).

Do total de comentários dos participantes ($N=275$; 100%), o maior número de respostas refere-se à acessibilidade arqui-

tetônica ($n=105$; 38,18%), em especial, no que tange aos critérios de acessibilidade nos acessos e circulação para todas as pessoas. Em segundo lugar, tem-se a predominância das respostas codificadas na categoria acessibilidade atitudinal ($n=59$; 21,45%). Na sequência, a acessibilidade metodológica/instrumental foi a mais citada ($n=45$; 16,36%); em quarto lugar, a acessibilidade comunicacional ($n=40$; 14,54%) e, por fim, a acessibilidade programática ($n=24$; 8,72%).

Os resultados da presente pesquisa são corroborados pelos dados do MTur (2023). A necessidade de receptividade e empatia são citadas como fatores fundamentais para que os turistas com deficiência realizem uma viagem, o que é congruente com os resultados da presente pesquisa de que a acessibilidade atitudinal precisa ser melhorada.

Para um acesso efetivo às atividades de lazer no turismo “Sol e Praia” (acessibilidade metodológica/instrumental), os participantes ($n=45$; 16,36%) citaram a substituição da forma tradicional dos produtos e serviços oferecidos e, para ultrapassar as barreiras nas comunicações e na informação e se alcançar a acessibilidade comunicacional nas praias ($n=40$; 14,54%), os respondentes da pesquisa indicam a sinalização dos espaços turísticos, a disponibilidade de informações sobre os produtos e serviços turísticos com acessibilidade, entre outros.

Tais resultados são condizentes com a pesquisa realizada por Alves *et al.* (2020) sobre acessibilidade em práticas turísticas, cuja ausência da participação de pessoas com deficiência se justifica, entre outros fatores estruturais, pela falta de informação e preparação da oferta turística, denotando, portanto, similaridades no que precisa ser feito e/ou melhorado diante da inacessibilidade desses destinos.

Ainda que em menor frequência, as barreiras presentes nas políticas públicas também foram lembradas ($n=24$; 8,72%); referências à necessidade de fiscalização e cumprimento de leis e normas de acessibilidade, bem como a criação de políticas públicas de acessibilidade (planos, programas, ações) foram citadas.

Destacam-se, ainda, dessas respostas, alguns apontamentos comuns compartilhados, como: a essencialidade dos equipamentos e serviços adaptados nas praias serem permanentes; a falta de acessibilidade nesses espaços de lazer para uso com segurança e autonomia das pessoas com deficiência; e a necessidade de a acessibilidade das praias atender, além de pessoas usuárias de cadeiras de rodas, a pessoas com deficiência visual e pessoas ostomizadas.

Complementarmente, foram questionados sobre quais praias brasileiras, das já conhecidas pelos participantes, oferecem melhores recursos de acessibilidade no Brasil. Do total, 21 (11,94%) não responderam à pergunta; 14 (7,95%) não souberam responder; dois (1,14%) responderam de forma genérica que todas as praias brasileiras têm acessibilidade e que as praias urbanas em geral têm o mesmo grau moderado de acessibilidade; a maioria ($n=58$; 32,95%) respondeu que nenhuma praia brasileira tem acessibilidade e 81 (46,02%) citaram alguma praia.

As praias brasileiras com os melhores recursos de acessibilidade, segundo os participantes da pesquisa, são: Praia de Vilas do Atlântico (Lauro de Freitas) e Praia de Ondina (Salvador) na Bahia; Praia de Iracema e Praia de Meireles em Fortaleza/CE; Praia da Costa e Praia da Sereia em Vila Velha/ES; Praia de Cabo Branco em João Pessoa/PB; Praia de Caiobá em Matinhos/PR; Porto de Galinhas em Ipojuca/PE; Praia da Barra da Tijuca, Praia de Copacabana, Praia do Leblon e Praia do Leme no Rio de Janeiro/RJ; Praia de Ponta Negra em Natal/RN; Praia do Cassino em Rio Grande/RS; Riviera de São Lourenço (Bertioga) e Praia da Enseada, Praia da Maranduba e Praia do Ubatumirim (Ubatuba), em São Paulo; e, Praia da Atalaia em Aracaju/SE. Dessas, as praias de Copacabana e Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro/RJ, foram sinalizadas como aquelas que oferecem os melhores recursos de acessibilidade no Brasil.

Tomando-se como referência a definição de níveis de acessibilidade às praias, utilizada na pesquisa de Mayordomo-Martínez *et al.* (2019) que demarca as praias como inacessíveis, equipadas, utilizáveis e/ou acessíveis, a avaliação geral do nível de acessibilidade no “Turismo Sol e Praia” no Brasil, a partir das respostas dos participantes, indica a predominância de praias equipadas, mas não acessíveis em sua totalidade, o que necessitaria, além dos equipamentos, condições de uso de forma autônoma e segura desses espaços por parte dos turistas com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou conhecer as percepções e experiências de pessoas com deficiência relacionadas à acessibilidade no turismo “Sol e Praia” no Brasil. Para tanto, identificou-se quem são essas pessoas para, posteriormente, entendê-las como turistas e, finalmente, conhecer suas percepções e experiências no que se refere à acessibilidade no turismo “Sol e Praia” no Brasil.

Quanto aos aspectos de acessibilidade no turismo “Sol e Praia” no Brasil, observa-se que, ter acessibilidade nos equipamentos e serviços turísticos de um destino com praia, é critério de muita importância para essas pessoas. E que, segundo

avaliação delas, a infraestrutura turística e básica e a prestação de serviços nos destinos brasileiros com praia têm, no geral, acessibilidade parcial. Se avaliados separadamente, dentro do escopo analisado, as informações e comunicações turísticas são menos acessíveis, e o comportamento de profissionais tem maior acessibilidade.

Com relação especificamente às percepções e experiências quanto à acessibilidade das praias marítimas brasileiras, para mais da metade dos respondentes há significativo ou muito impedimento/dificuldade para irem sozinhos às praias. E diante de tal realidade, os dados evidenciam a importância de se superar as barreiras físicas e metodológicas e instrumentais para alcançar, respectivamente, as acessibilidades arquitetônica e metodológica/instrumental nas praias. Em menores proporções, mas também sinalizadas, tem-se as acessibilidades atitudinal e comunicacional como dimensões a serem contempladas. Quanto à avaliação do nível de acessibilidade das praias brasileiras verifica-se que, a melhor classificação foi para a acessibilidade atitudinal e a pior classificação para a acessibilidade metodológica/ instrumental.

Sobre o que precisa ser feito ou melhorado para que as praias brasileiras se tornem acessíveis ou mais acessíveis, a predominância de respostas foi acerca da acessibilidade arquitetônica e, portanto, das condições para acesso e circulação das pessoas às praias; e da acessibilidade atitudinal pela presença de profissionais capacitados nesses espaços. Vale citar que as demais tipologias de acessibilidade foram mencionadas, com destaque para a acessibilidade programática, que apareceu, pela primeira vez, nas respostas dos participantes da pesquisa e, para o apontamento geral, de que os equipamentos e serviços adaptados nas praias devem ser permanentes. Por fim, sobre as praias brasileiras com os melhores recursos de acessibilidade, tem-se a Praia de Copacabana e Praia da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro/RJ.

Os dados dessa pesquisa trazem contribuições diretas ao debate sobre acessibilidade no turismo, visto que possibilitam verificar a situação do turismo “Sol e Praia” no âmbito da acessibilidade e distinguir quais as barreiras precisam ser superadas para que as pessoas com deficiência possam usufruir das praias com segurança e autonomia, o que cumpre o objetivo dessa investigação. Tal como observado em outros estudos, citados nessa investigação, os resultados revelam uma combinação de barreiras de ordem estrutural e interpessoal para a real participação dessas pessoas na prática turística em destinos costeiros.

Esses resultados também são condizentes com o que apregoa a literatura científica, de que o desenvolvimento de uma política pública que seja eficaz para o alcance de um turismo que seja acessível, perpassa pelo conhecimento do perfil de turistas com deficiência e pela verificação da situação do turismo no âmbito da acessibilidade, o que poderá contribuir com a sensibilização e conscientização de gestores públicos e privados do turismo.

Ainda como contribuição dessa pesquisa, o questionário aplicado poderá ser utilizado como instrumento de investigação em outras pesquisas, que também almejem identificar o perfil da demanda turística de pessoas com deficiência em outros destinos, além dos costeiros. Como possíveis desdobramentos, outras análises e articulações entre esses dados são possíveis e se fazem necessárias, como por exemplo, diferenciar o perfil e as necessidades de acessibilidade no turismo para cada grupo específico (tipologias) de pessoas com deficiência.

Se por um lado, tem-se a representatividade do alcance nacional da pesquisa (diferentes pessoas com diferentes realidades socioeconômicas), por outro, como limitação dessa investigação, tem-se os contratempos de se aplicar um questionário, ainda que em formato virtual, às pessoas com deficiência em meio à pandemia da covid-19, período que coincidiu com a crescente da doença no país, o que parece justificar um número limitado de participantes.

Por fim, respondendo efetivamente à provocação “será que vai dar praia?”, os resultados parecem indicar, pela parcialidade da acessibilidade dos destinos costeiros e, particularmente, das praias marítimas, que ainda não, pois é preciso avançar nos aspectos de autonomia e segurança. Em contraponto, deve-se admitir que o direito ao lazer e ao turismo começa a ser assegurado a essas pessoas, ainda que em ações pontuais, descaracterizando a prática turística como totalmente excludente e que privilegia determinados grupos sociais.

REFERÊNCIAS

- Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina. (2018). Pesquisa de Identificação do Perfil do Turista de Lazer e de Eventos em Santa Catarina: Relatório Final da Pesquisa n. 3. Foco Opinião e Mercado. SANTUR.
- Alves, J. P., Eusébio, C., Saraiva, K., & Teixeira, L. (2020). “Quero ir, mas tenho que ficar”: constrangimentos às práticas turísticas do mercado de turismo acessível em Portugal. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 34, 81-97.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70, 2011, 229 p.
- Cockburn-Wooten, C., & McIntosh, A. (2020). Improving the accessibility of the tourism industry in New Zealand. *Sustainability*, 12(24), 10478.

- Cole, S., Zhang, Y., Wang, W., & Hu, C. (2019). The influence of accessibility and motivation on leisure travel participation of people with disabilities. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 36(1), 119-130.
- Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico.
- Creswell, J. W. (2012). *Educational research: planning, conducting, and evaluating quantitative and qualitative research*. 4. ed. Boston: Pearson.
- Cruz, D. B., & Rodrigues, P. A. (2017). Inclusão no contexto digital por meio do uso de leitores de tela: Criação e implementação de novos recursos ao leitor de tela Nvda. *CINTEDUFRGS - Novas Tecnologias na Educação*, 15, 01-07.
- Darcy, S., Mc Kercher, B., & Schweinsberg, S. (2020). From tourism and disability to accessible tourism: A perspective article. *Tourism Review*, 75(1), 140-144.
- European Institute for Design and Disability. (2004). *The EIDD Stockholm Declaration 2004*. Autor.
- Feitosa, L. de S. R., & Righi, R. (2016). Acessibilidade Arquitetônica e Desenho Universal no Mundo e Brasil. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, 28(4), 15-31.
- Ferst, M. C., Anjos, S. J. G., & Kuhn, V. R. (2023). Valoração da Acessibilidade na Hotelaria e a Lealdade do Turista com Deficiência. *Turismo Visão & Ação*, 25(2), 243-262.
- Fuente-Robles, Y. M. D. L., Muñoz-de-Dios, M. D., Mudarra-Fernández, A. B., & Ricoy-Cano, A. J. (2020). Understanding stakeholder attitudes, needs and trends in accessible tourism: A systematic review of qualitative studies. *Sustainability*, 12(24), 1-23.
- Gil, A. C. (2019). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (7th ed.). Atlas.
- Godtman Kling, K., & Ioannides, D. (2019). Enhancing accessibility in tourism & outdoor recreation: A review of major research themes and a glance at best practice (Etour Report, 2019:4). Etour, Mid Sweden University.
- Grünewald, L. et al. (2009). Turismo accesible: sistema integral de información para implementar un turismo para todos. http://www.turismoaccesible.com.ar/turismo/amf_conceptos_acc.htm.
- Houaiss, A., Villar, M. de S., & Franco, F. M. de. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Objetiva.
- Lamas, S. A. (2021). "Nada sobre nós, sem nós": o debate sobre acessibilidade no contexto do desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis em destinos costeiros. 367 f. Tese (Doutorado) – PPGTUR, CCSA. UFRN.
- Lei nº 13.146, de 6 de julho 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – LBI.
- Martin-Fuentes, E., Mostafa-Shaalan, S., & Mellinas, J. P. (2021). Accessibility in Inclusive Tourism? Hotels Distributed through Online Channels. *Societies*, 11(2), 34.
- Mayordomo-Martínez, D. et al. (2019). Improving Accessibility for People with Disabilities: A Case Study on Inclusive Beach Tourism. 41st Annual International Conference of the IEEE Engineering in Medicine and Biology Society (EMBC). IEEE.
- Menzies, A., Mazan, C., Borisoff, J. F., Mattie, J. L., & Mortenson, W. B. (2021). Outdoor recreation among wheeled mobility users: Perceived barriers and facilitators. *Disability and Rehabilitation: Assistive Technology*, 16(4), 384-390.
- Ministério do Meio Ambiente. (2002). *Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros*. Autor.
- Ministério do Turismo. (2006). *Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais*. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/segmentacao-do-turismo>
- Ministério do Turismo. (2009). *Turismo Acessível: Introdução a uma Viagem de Inclusão*. Volume I. 48 p. https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/turismo-acessivel/VOLUME_I_Introducao_a_uma_Viagem_de_Inclusao.pdf
- Ministério do Turismo. (2010). *Turismo de Sol e Praia: orientações básicas* (2nd ed.) Brasília: Ministério do Turismo, 59 p. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-sol-e-praia-orientacoes-basicas.pdf>
- Ministério do Turismo. (2013). *Estudo do Perfil de Turistas – Pessoas com Deficiência*. 66 p. https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/turismo-acessivel/Estudo_de_dem_turistas_pessoas_com_def_DocCompleto_12.2013.pdf
- Ministério do Turismo. (2014). *Cartilha Programa Turismo Acessível*. 59 p. <https://turismoacessivel.gov.br/ta/sobre.mtur?jsessionid=wkD206E0ykqtmzZIsATa4oYC?windowId=427>
- Ministério do Turismo. (2019). *Anuário Estatístico do Turismo 2019 – ano base 2018*. Volume 46. 379 p. https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/anuario-estatistico/anuario-estatistico-de-turismo-2019-ano-base-2018/anuario_estatistico_de_turismo_2019_-_ano_base_2018_2-edicao_compressed.pdf
- Ministério do Turismo. (2021). *Anuário Estatístico do Turismo 2021 – ano base 2020*. Volume 48. 134p. https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/observatorio/anuario-estatistico/anuario-estatistico-de-turismo-2021-ano-base-2020/anuario-estatistico-de-turismo-2021-ano-base-2020_divulgacao-compactado.pdf
- Ministério do Turismo. (2023). *Turismo Acessível: mapeamento do Perfil do Turista com Deficiência*. Documento Técnico – produto II. 77 p. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/mtur-divulga-resultados-de-mapeamento-do-perfil-do-turista-com-deficiencia>
- Naderifar, M., Goli, H., & Ghaljaie, F. (2017). Snowball Sampling: A Purposeful Method of Sampling in Qualitative Research. *Strides in Development of Medical Education*, 14(3), 2-6.
- Organização Mundial do Turismo. (2010). *International Recommendations for Tourism Statistics 2008*. UNWTO.
- Portaria n. 461, de 13 de dezembro de 2018. *Aprova a relação dos municípios abrangidos pela faixa terrestre da Zona Costeira brasileira*. http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55445013/do1-2018-12-17-portaria-n-461-de-13-de-dezembro

de-2018-55444930.

- Rubio-Escuderos, L., García-Andreu, H., & Ullán de la Rosa, J. (2021). Accessible tourism: origins, state of the art and future lines of research. *European Journal of Tourism Research*, 28, 2803.
- Sasaki, R. K. (2009). Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, Ano XII, 10-16.
- Semeoshenkova, V., Newton, A., Contin, A., & Greggio, N. (2017). Development and application of an Integrated Beach Quality Index (BQI). *Ocean & Coastal Management*, 143, 74-86.
- Shimosakai, R. (2018). Praia acessível e inclusiva. Mar e areia sem discriminações. <https://turismoadaptado.com.br/prai-a-cessivel-e-inclusiva/>.
- Silveiro, A., Eusébio, C., & Teixeira, L. (2020). Estarão as agências de viagens Portuguesas preparadas para satisfazer o mercado do turismo acessível? *Revista de Turismo & Desenvolvimento*, 33, 151-168.
- Vinuto, J. (2014). Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220.
- Wall-Reinius, S., Kling, K. G., & Ioannides, D. (2023). Access to Nature for Persons with Disabilities: Perspectives and Practices of Swedish Tourism Providers. *Tourism Planning & Development*, 20(3), 336-354.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Suellen Alice Lamas: concepção da pesquisa; desenvolvimento do referencial teórico; metodologia; pesquisa; interpretação e redação dos resultados; redação final.

Sérgio Marques Júnior: avaliação do referencial teórico; metodologia; supervisão; análise dos dados e avaliação dos resultados.

Editor de seção: Sinval Pereira Júnior